

Quando V. Exa. foi subprefeito de Santo Amaro eu era sub-prefeito de Guaianases e devo dizer aos os colegas deputados, ao público e a todos que estão nos ouvindo e assistindo que a Codasp prestou relevantes serviços às subprefeituras da Capital e por um preço infinitamente mais acessível do que se as sub-prefeituras contratassem com empresas particulares e o serviço era de excelente qualidade: desobstrução, limpeza, pavimentação, enfim, uma infinidade de serviços de infraestrutura. É bom que se registre.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Muito bem lembrado pelo maior prefeito da história de Guaianases. Quem vai a Guaianases ouve isso: o maior prefeito da história de Guaianases foi Estevam Galvão, como de Suzano também.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão a Presidência, antes de dar por encerrados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

* * *

6 DE DEZEMBRO DE 2016

51ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: JOOJI HATO
RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - JOOJI HATO Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão o PL 835/16.</p> <p>2 - BARROS MUNHOZ Discute o PL 835/16, aparteado pelo deputado Cássio Navarro.</p> <p>3 - MARCIA LIA Discute o PL 835/16.</p> <p>4 - CAMPOS MACHADO Discute o PL 835/16.</p> <p>5 - PRESIDENTE JOOJI HATO Anuncia a presença do Sr. Pedro Kaka, que assumirá o mandato de deputado estadual como suplente do deputado Igor Soares, eleito para a prefeitura de Itapevi.</p> <p>6 - TEONILIO BARBA Discute o PL 835/16.</p> <p>7 - PRESIDENTE JOOJI HATO Encerra a discussão do PL 835/16. Convoca uma sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término da presente sessão.</p> <p>8 - CAMPOS MACHADO Para comunicação, faz questionamento sobre a Ordem do Dia da segunda sessão extraordinária convocada para hoje.</p> <p>9 - PRESIDENTE JOOJI HATO Suspende a sessão, por conveniência da ordem, às 20h14min, reabrindo-a às 20h16min.</p> <p>10 - CAUÊ MACRIS Para comunicação, sugere que a segunda sessão extraordinária não seja realizada. Anuncia entendimento, entre as lideranças, para a deliberação da matéria da presente sessão.</p> <p>11 - PRESIDENTE JOOJI HATO Cancela a convocação da segunda sessão extraordinária, que seria realizada hoje.</p> <p>12 - JOSÉ ZICO PRADO Para comunicação, declara o apoio do PT ao PL 835/16.</p> <p>13 - PRESIDENTE JOOJI HATO Coloca em votação e declara aprovado o PL 835/16, salvo emenda. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda.</p> <p>14 - JOSÉ ZICO PRADO Declara voto favorável à emenda ao PL 835/16, em nome do PT.</p> <p>15 - PRESIDENTE JOOJI HATO Registra a manifestação. Encerra a sessão.</p> <p>* * *</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.</p> <p>* * *</p>

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação do Projeto de lei nº 835, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no Orçamento Fiscal (Lei nº 16.083, de 2015), em favor da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo. Com emenda. Parecer nº 1327, de 2016, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda.

Para continuar a discussão do PL 835/16, tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz, por 10 minutos e 30 segundos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, presidente. Saúdo V. Exa. e, em sua pessoa, todos que já saudei na sessão anterior.

Queria concluir o assunto da Codasp dizendo que, de corpo e alma, devemos aprovar esse projeto, porque ela vem fazendo um trabalho fantástico neste Governo do governador Geraldo Alckmin, principalmente nesta fase, sob a gestão do nosso querido companheiro Arnaldo Jardim, um brilhante secretário de Agricultura, motivado, trabalhador, lutador, esse tira leite de pedra mesmo.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PMDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de comunicar que acaba de falecer o ex-prefeito da cidade de São Vicente, Tercio Garcia, pessoa com a qual tivemos uma boa relação.

Anuncio a pedido do vice-governador, Márcio França, e também do deputado Caio França, nosso companheiro nesta Casa. Tercio Garcia foi o sucessor de Márcio França na cidade de São Vicente, então fica aqui esse comunicado e os sentimentos do deputado Cássio e, tenho certeza, dos demais colegas da Casa aos familiares de Tercio Garcia, um homem público que trabalhou e honrou a cidade de São Vicente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência, em nome de todos os deputados, externa seus sentimentos a todos os familiares, amigos e ao povo de São Vicente. Com certeza o prefeito Tercio estará em bom lugar junto a nosso Senhor.

Continua com a palavra o nobre deputado Barros Munhoz. O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nós todos nos associamos à homenagem ao ex-prefeito Tercio.

Queria dizer, rapidamente, que o deputado Rillo, com o brilhantismo de sempre, fez algumas colocações importantes, todavia incompletas a meu ver. Todos os estados estão passando por essa situação. A não ser por um fenômeno ou outro, por uma circunstância especialíssima ou outra, todos os estados e todos os municípios estão passando por essa situação, porque os encargos aumentam assustadoramente, e as receitas nem sempre acompanham o mesmo crescimento - de uns anos para cá, vêm caindo em vez de crescer.

A centralização do poder em Brasília é a maior causa disso tudo, é impressionante. Eu já assisti a um prefeito, às cinco horas da tarde de uma sexta-feira, receber um comunicado por meio de um oficial de Justiça - o prefeito recebe oficial de Justiça, o presidente do Senado é que não recebe - para entregar ao paciente fulano de tal um remédio no prazo de 24 horas. O prefeito ligou para a secretária da Saúde e perguntou que remédio era aquele, e descobriu que ele custava 32 mil reais.

Insisto em contar isso porque, para mim, foi um dos maiores absurdos que já vi em minha vida pública. Os municípios não aguentam, não aguentam. O estado de São Paulo está sendo penalizado, porque não é obrigação do estado, e isso se tornou uma fonte a mais de corrupção: entidades que se associam para tornar fajuta a necessidade de uso de medicamentos. A imprensa está desmascarando isso.

Enfim, esse é um dos problemas, o estrangulamento. Precisamos urgentemente de um novo pacto federativo, isso é extremamente urgente, mas precisamos realmente é de uma mudança total na política. Nós estamos perdendo o bonde da história. Precisamos de uma vez por todas com essa história de “é PT”, “é PSDB”, “é isso”, “é aquilo”. Somos todos nós, é a classe política.

Entendo o deputado Pedro Tobias. Acho errado ele fazer isso na imprensa, mas nós nos abaixamos demais. O Legislativo de São Paulo, por exemplo, faz bastante diante do pouquíssimo que pode fazer. Eu participei do início do movimento para ampliar a competência dos legislativos estaduais, para pelo menos tornar concorrentes as legislações referentes a alguns temas que é perfeitamente correto que o estado possa legislar concorrentemente com a União, mas nem isso nós conseguimos.

O presidente Fernando Capez tomou posse e liderou um movimento em favor da aprovação dessas emendas constitucionais, e nada. Temos um Congresso Nacional hiperdimensionado, pois no mínimo 70% de todos os assuntos que interessam ao povo brasileiro são tratados no Congresso Nacional - Câmara e Senado. Temos ritos morosos a projetos que ficam 10, 12, 15, 18 anos tramitando nessas duas Casas. Eu poderia dizer que tudo sobre direito econômico, tudo sobre direito penal, quase tudo sobre meio ambiente, e assim por diante, cabe à União legislar. Eu diria que 90% dos assuntos, e não os 70% que eu mencionei, cabem à União legislar. O restante cabe ao município. Para nós, cabe muito pouco, e o que cabe é competência privativa do Executivo.

Então como legislamos? Aprimorando os projetos do Executivo. Não vou me cansar de falar que lamento que a imprensa só veja o aspecto legislativo do trabalho do parlamentar. Nós, ainda que queiramos, podemos fazer muito pouco mais do que fazemos. Podemos aprovar mais projetos de deputados, é verdade, e eu falo disso tranquilamente. Não só quando fui presidente, mas também quando fui líder do Governo, ajudei a aprovar uma grande quantidade de projetos de deputados e também defendi que não fossem vetados esses projetos. E mais: também defendi a derrubada de vetos. E uma derrubada que eu comandei está dando dor de cabeça para o sistema financeiro até hoje, graças a Deus, e quero que dê mais ainda.

Outro dia, Murilo Portugal - quando fui ministro da Agricultura ele era secretário do Tesouro Nacional - veio aqui, e hoje ele é presidente da Febraban. Ele disse “Já provocou prejuízo de 50 bilhões para o sistema financeiro.” Falei: “Só? Faz o seguinte, quando chegar em 200 bilhões vocês venham conversar comigo e vou ver o que podemos fazer, Murilo. Porque vocês ganham demais. O Sistema Financeiro do Brasil é o mais perverso do mundo. Vendedor de cocaína não tem o lucro que o Sistema Financeiro tem.”

É por tudo isso que a Assembleia de São Paulo faz muito menos do que todos nós gostaríamos que ela fizesse. Ninguém entende que não podemos legislar concorrentemente sobre Meio Ambiente, sobre Processo Penal, por exemplo. Fica então com o Congresso acumulado, tendo de votar medida provisória porque, senão, tranca a pauta. E os projetos demorando aquela barbaridade e nós não podemos legislar.

Mas eu queria dizer, Sr. Presidente, Jooji Hato, que a nossa missão de fiscalizar, também é nobre, e temos vários instrumentos de fiscalização. E estamos mostrando agora que há CPI que pode funcionar bem, sim. Poderia funcionar até melhor, mas essa que estamos terminando, dentro em breve, funcionou muito bem. E quero parabenizar a todos os deputados que dela participaram. Não só aos membros, e não só aos suplentes, mas a todos que participaram dos trabalhos. Fizemos um belo trabalho. E eu cumprimento a oposição, inclusive, que é combativa. Às vezes, ficamos chateados, discutimos, nos exaltamos, mas isso faz parte do Parlamento. O importante é que nos respeitemos.

Sabe o que me motiva mesmo na atividade parlamentar, deputada Marcia Lia? É a representação do povo, é brigar, é brigar e brigar.

Deputado Aldo Demarchi, vou aqui fazer uma confidência. Não ia ser renovado o convênio do Hospital de Sumaré. Eu dei quase que a vida para que fosse renovado. Porque se não fosse também não seria assinado o de Piracicaba, com a Unicamp. E não seria assinado o convênio para funcionar o AME de Amparo com a Unicamp.

Que satisfação eu isso dá. Cem milhões de dólares não me deixam mais satisfeito do que saber que vai ser assinado. Lutei, batalhei, pedi, implorei, xinguei, ofendi, mas saiu. Esse é o nosso papel mais gostoso e mais dignificante: representar o povo sofrido, levar escola, levar casa, falar em nome daqueles que não têm voz, defender os servidores públicos, defender as instituições, defender o emprego e defender a geração de renda.

É essa a política que o povo espera de nós, sob pena - repito o que já falei na semana passada - de invadir esta Casa, mas não para ficarem fazendo auê, para nos enxotarem daqui. Porque vamos deixar de cumprir os designios deles, os sonhos deles, e quando se deixa de sonhar, a vida perde o sentido.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Parabéns, nobre deputado Barros Munhoz, pelo seu pronunciamento.

Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia, que encaminhará a discussão contrariamente ao Projeto de lei 835/16, da Codasp, pelo tempo regimental.

A SRA. MARCIA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, companheiros deputados e deputadas, para discutir o projeto da Codasp que se propõe a remanejar recursos para que ela possa manter os seus trabalhos.

Já foi dita aqui a importância desses 23 milhões e meio que serão repassados à Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo, e quero fazer algumas considerações sobre a agricultura e a política neste País.

Em primeiro lugar, quero dizer que tenho viajado muito pelo estado de São Paulo e discutido muito a questão da segurança alimentar, da agricultura. Estivemos, na última quinta-feira, na cidade de Presidente Prudente, a cidade do meu querido Ed Thomas, num seminário de segurança alimentar. Nessa oportunidade, tivemos algumas informações que acho que nós, deputados, temos que nos apropriar. Foi-nos dito, pelos representantes da Secretaria Estadual de Agricultura, que no ano de 2014 o estado de São Paulo teve investimentos da ordem de 95 milhões de reais no PAA, investimentos esses que em 2015 foram da ordem de 50 milhões de reais. E pasmem: agora, sob o governo do presidente Michel Temer, o PAA recebeu tão somente um milhão, setecentos e 60 mil reais. Então tivemos 95 milhões, 50 milhões e um milhão, e não há previsão de que para o ano de 2017 tenhamos recursos disponíveis para o PAA, Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

E mais outra informação: constava lá do datashow que foi apresentada para o Conceia uma informação de que o Ppais teria disponibilizado 42 milhões, ano passado, para agricultura. Foi disponibilizado 42 milhões pelo Ppais, e perguntei ao palestrante quanto foi executado. Ele não soube me dizer e fui buscar essa informação: foram executados dois milhões e meio de reais. Então, não importa que se disponibilize, mas que se execute a política para agricultura, e isso tem sido muito sofrível aqui no estado de São Paulo. São dados que o próprio estado de São Paulo nos informou na cidade de Presidente Prudente.

Com relação ao momento que vivemos aqui no estado de São Paulo, no País, toda essa crise política, toda essa crise econômica, essa crise institucional, é muito grave. Tenho observado que a cada dia mais temos tido nossos agentes políticos sendo presos, porque a corrupção tomou conta deste País. Estive, na semana passada, na cidade de Miguelópolis, e soube que o prefeito atual e outros dois prefeitos anteriores estavam presos e que nove vereadores também. Tivemos o ex-governador do Rio de Janeiro preso, e hoje sua mulher também foi, todos envolvidos em esquemas bilionários de corrupção. Na cidade de Ribeirão Preto, a prefeita, presidente de companhia, vereadores foram presos. A cidade de Osasco, hoje, foi surpreendida com a prisão do prefeito eleito e de mais 13 ou 14 vereadores. E assim vai. O Sr. Eliseu Padilha, ministro do Sr. Temer, teve 38 milhões de reais bloqueados das suas contas. Estamos vivendo um momento de uma crise, eu diria ao deputado Barros Munhoz que não é uma crise só política. É uma crise de falta de vergonha na cara das pessoas. Enquanto estamos vendo a corrupção correr solta no País, estamos vendo menos recursos para a Educação, menos recursos para a Saúde, mais crianças morando na favela, menos recursos destinados para a assistência social.

E estamos vendo um país, que até há dois anos era a oitava economia do mundo, despencar. Esse golpe, que vivemos no Brasil há seis meses, fez com que o País despencasse. Em seis meses, dobrou o número de pessoas desempregadas no País. Dobrou.

Enquanto se dizia que o golpe, a retirada da presidenta Dilma, significaria que os investidores teriam mais disposição de investir no País, foi o inverso. Os investidores fugiram daqui, foram embora.

Estamos vivendo um momento em que as instituições não se respeitam. O Legislativo demandando com o Executivo, que está demandando com o Judiciário. Temos um Judiciário extremamente seletivo, onde juizes desrespeitam a Constituição Federal, não respeitam o teto constitucional. Se a Constituição Federal fala que ninguém pode ganhar mais do que o salário dos ministros do STF, pois bem, ninguém pode ganhar mais do que 33 mil reais. Como justificar juizes ganhando 100, 200, 600 mil reais por mês? É uma pouca vergonha. É falta de vergonha na cara.

Não podemos aceitar, porque na medida em que um juiz desrespeita a Constituição, ele pega tudo o que foi acumulado, ele pega os direitos e garantias do cidadão brasileiro, do ser humano, e joga no latão do lixo.

E vem a PEC 241, que agora é a 55, propondo congelar os recursos para a Saúde e a Educação. E há economistas inclusive que fazem previsões desastrosas, de que o Brasil vai ficar pior do que alguns países paupérrimos da África, porque já estamos vendo de volta a fome, a miséria. Este País saiu do mapa da fome, diminuiu em 82% a fome, e estará voltando, sim, a índices alarmantes de pobreza, de extrema pobreza.

Não podemos aceitar essa maldita PEC 55, a PEC do fim do mundo. Mas há um detalhe. Essa PEC congela Educação e Saúde, mas não congela o juro da dívida pública. Portanto, o capital internacional será remunerado com os juros, sem congelamento. Os banqueiros, que nosso querido Barros Munhoz diz que ganham uma fortuna, milhões e bilhões de reais, esses continuarão sendo beneficiados. A PEC 55, do fim do mundo, congela investimentos em programas sociais, mas ela não congela os investimentos e os recursos destinados para o juro da dívida pública.

E hoje as notícias chegaram aos jornais. Recebemos as informações da reforma proposta por esse governo golpista, as propostas da reforma da Previdência. Antes, tínhamos que contribuir por 30 anos. Agora, para que tenhamos salários integrais, teremos que contribuir por 49 anos. Vamos ter que pedir para os espíritos do além ressuscitarem as pessoas, pois elas não conseguirão mais a sua aposentadoria neste país. Como é que pode uma pessoa que trabalha em um serviço pesado contribuir por 49 anos? Ela vai se aposentar quando já estiver à beira do caixão.

Não podemos aceitar esses retrocessos em um país rico, em um país que tem reservas, em um país como o Brasil, a oitava economia do mundo. Não podemos aceitar o que estão fazendo com o nosso país. Estão acabando com o Brasil, estão enterrando o Brasil, estão colocando todo o povo, de novo, na fome e na miséria. Não podemos aceitar isso. Estamos aqui, como disse muito bem o deputado Barros Munhoz, para representar o povo. O povo não merece o que está sendo feito em Brasília. O povo não merece o desrespeito à Constituição, o povo não merece o desrespeito às nossas instituições, que devem ser preservadas.

Se acabarmos com a democracia, se acabarmos com o estado democrático de direito... Hoje, é o menino preto e pobre da periferia que está sofrendo as arbitrariedades; amanhã, seremos todos nós. Amanhã, será cada um de nós, que estamos aqui.

Outro dia, em uma defesa de estudantes, eu, deputada, levei um chute de um policial. Ele sabia que eu era deputada, mas, mesmo assim, deu um chute na minha perna direita. Um policial, um cabo, não sei o que ele era. Mas não deixou marcas. Eu tinha testemunhas e poderia ter representado contra ele. É isso: hoje, é o menino pobre que está sendo assassinado, é o menino negro que mora na periferia. Amanhã, pode ser qualquer um de nós. Por isso, deputados e deputadas, temos que lutar para que possamos preservar a democracia e o estado democrático de direito. Não podemos aceitar que ninguém seja privilegiado, nem juizes, nem promotores, nem ninguém. Todos são iguais perante a lei e todos devem respeitá-la da mesma forma.

Fico muito preocupada quando um juiz de primeiro grau desrespeita a Constituição, faz uma justiça seletiva e mantém pessoas presas além do tempo permitido pela lei, pela Constituição. O Código Penal foi rasgado. O Código de Processo Penal

foi rasgado. A Constituição foi rasgada. Nós vivemos, hoje, um estado policesalco, em que os direitos e garantias do cidadão são desrespeitados, em que um juiz quer que uma interceptação telefônica ilegal seja considerada prova. Não podemos aceitar isso. Não podemos aceitar seletividade, não podemos aceitar a forma como as coisas chegam até a TV Globo. Temos que combater isso, estamos aqui para isso. Nós representamos o povo de São Paulo.

Quero finalizar minha fala dizendo que, se não enfrentarmos essa crise, se não tivermos coragem para entender o momento difícil que estamos vivendo, não apenas o estado de São Paulo, mas todos os estados da Federação estarão submetidos a esse horror que está acontecendo, de desrespeitos, de desmandos, de violação de direitos do cidadão brasileiro. Não podemos aceitar a PEC nº 55, não podemos aceitar essa justiça que está aí e não podemos aceitar que juizes e promotores ganhem acima do teto constitucional, pois é ilegal e é a lei que fala, é a Constituição que fala.

Quero deixar aqui a minha preocupação, para que possamos tomar as medidas cabíveis para respeitar a democracia e o estado democrático de direito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni, para discutir a favor.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, passo meu tempo ao nobre deputado Campos Machado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado, para encaminamento e discussão do Projeto de lei nº 835, de 2016.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, agradeço ao nobre deputado Edson Giriboni, que foi um dos maiores secretários do governo Geraldo Alckmin, principalmente, por ser atencioso, companheiro, correto e humilde. Nunca deixou de dar uma resposta a qualquer deputado que a reivindicasse.

“Mas, Campos Machado, isso não é uma questão de mérito, é obrigação.” Não. Poucos são os secretários de Estado que se dispõem a atender as pessoas com carinho, com amizade, principalmente os seus colegas e os deputados desta Casa, como V. Exa., deputado Giriboni. Agradeço pelo tempo.

Dou as boas vindas ao nobre deputado Pedro Kaka, meu amigo, que assume o mandato de deputado. Eu conheço sua história e sei que V. Exa. vai representar dignamente a zona leste.

Srs. Deputados, acabamos de ouvir a deputada Marcia Lia. O que disse a nobre deputada? O óbvio. Ninguém está atendendo para isso. A prisão preventiva, deputado Gasparini, que era exceção, virou regra. Para decretar uma prisão preventiva, mesmo na época da revolução, quando eu era estudante de direito no Largo São Francisco, havia critérios. Prisão preventiva, em outras palavras, é o cumprimento antecipado de uma pena que pode ser que não seja aplicada.

Quem é que vai pagar os prejuízos de um ano, seis meses ou dois meses de prisão preventiva? Antigamente se respeitava o Código Penal. Era um prazo de 81 dias para o réu preso ter a sua sentença. Hoje, permanece seis meses, um ano, apenas revestido da parede da prisão preventiva, sem uma sentença condenatória.

Mudou o Código Penal? Não. É o mesmo de 1940, ultrapassado. Na ditadura, nós tínhamos essas mínimas garantias. Quantas vezes, estudante de direito, eu ia ao Fórum Criminal, pedia um habeas corpus e ia até o Deic, apresentava só informações e a pessoa era presa porque não podia permanecer presa por mais de 48 horas.

Hoje, não. Hoje, a prisão preventiva virou regra. Não há mais respeito à liberdade. E nós assistimos aqui passivamente. Não é só a ditadura do Judiciário que chega no horizonte. São palavras como as do deputado Carlos Giannazi. É meu amigo, mas só prega a discórdia. Tem um ódio fixo em relação ao governador Geraldo Alckmin. Eu não sei o que é V. Exa., deputado Carlos Giannazi, tanto tem para implicar com o governador Geraldo Alckmin. Tudo é culpa dele. Acho que o Brasil perdeu de sete a um para a Alemanha na Copa por culpa do Geraldo Alckmin, segundo o deputado Carlos Giannazi.

Vivemos a maior crise econômica-financeira que este País já atravessou. São Paulo vai indo no barco. No mar revoltó , ninguém consegue se manter pairando na água e o governador vai levando a nau a bom termo. Mas o deputado Carlos Giannazi, na sessão passada, que eu não pude responder, ele chegou ao ponto de dizer que o governador, ao querer votar a lei dos imóveis, atendia interesse de empresas que faziam doações para sua campanha. Nós precisamos ter muito cuidado, deputada Beth Sáhõ, muito cuidado. Se nós não respeitamos a nossa Casa, quem é que vai respeitar?

Eu estou muito preocupado, porque nós perdemos o verdadeiro sentido de ser parlamentar, de defender o que deve ser defendido. Essa história do deputado João Paulo Rillo e do deputado Pedro Tobias falarem que os deputados vivem apenas em função de emendas, é muito pequeno, como dizia Fernando Pessoa, “a vida é curta, mas não pode ser pequena”, deputado Edson Giriboni. Como é que eu posso diminuir o trabalho de um parlamentar dizendo que ele só vive atendendo a sua região? O que é isso?

Eu não sei o que é que nós perdemos. Se nós perdemos a dignidade, se perdemos a coragem, se nós perdemos o civismo. Deputado Estevam Galvão, alguma coisa nós perdemos! Na pior das hipóteses nós perdemos o bom senso.

Daí lembro-me de uma velha lenda. Nessa lenda, se dizia que num grande Reino existia uma torre e nessa torre tinha um sino, e que as suas badaladas poderiam ser ouvidas a quilômetros e quilômetros de distância. E, certa feita, um agricultor foi retirado das suas terras por um senhor Duque, homem forte. Retirou o agricultor, invadiu as suas terras e ele pensou: O que é que eu vou fazer? Foi então que ele se lembrou que o sino quando dava uma badalada tinha que procurar um soldado, duas badaladas o cabo, três badaladas o sargento, quatro o capitão ... até doze badaladas, que eram as do rei. Ele foi ao soldado, deputada Beth Sáhõ - eu gosto de ouvir a voz de V. Exa. deputada Beth Sáhõ, principalmente quando estou envolvendo lendas antigas -, mas o soldado disse: “eu não posso fazer nada”. Ele foi na torre deu duas badaladas, mas o cabo disse: “eu não posso fazer nada”. E assim foi ao capitão, ao tenente-coronel, e chegou lá na décima badalada e procurou o ministro, que lhe disse o seguinte: “meu senhor eu não posso criar caso com o duque, porque ele é muito forte. Ele é o senhor da terra”. Ele falou o seguinte: então eu vou procurar o primeiro-ministro que é mais forte que esse. Ele foi lá e o ministro falou: “ só pode ter um jeito: é você procurar o rei, pois eu não posso brigar com essa pessoa tão forte”. Daí então ele foi até o rei e lhe disse: meu rei, tomaram as minhas terras, e eu não sei mais a quem procurar. Eu já toquei até as onze badaladas. Eu não sei mais o que fazer. E o rei falou o seguinte: não é comigo. Você se contente em perder terras, antes que você perca mais coisas. Então ele foi à torre e deu doze badaladas, que era o número de badaladas correspondente a quando morria o rei. Daí o rei mandou buscar o agricultor. E o rei falou o seguinte: